

## JORNAIS E REVISTAS DO PORTO NO TEMPO DE CAMILO<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Quando indicamos o título para esta conferência, dois objectivos tínhamos em mente: o primeiro era proporcionar a V. Ex.<sup>as</sup> uma visão genérica mas estruturada dos jornais e publicações periódicas surgidas no Porto entre 1850 e 1890, ainda que Camilo tenha aparecido um pouco mais cedo no universo tipográfico portuense.

O segundo consistia em estudar com algum pormenor os textos saídos da pena de Camilo e aí publicados.

Depressa se nos tornou evidente que a ambição era desmedida. Quanto ao primeiro, necessitaríamos à partida de um catálogo ou inventário de todas as publicações periódicas editadas no Porto durante o século XIX. Não conhecemos qualquer enumeração verdadeiramente exaustiva. Pinho Leal prestou um excelente serviço neste domínio mas a sua lista termina em 1877 e, como ele próprio admite, há nela falhas.<sup>2</sup> Efectivamente, comparando as suas informações com os títulos constantes nos ficheiros desta Biblioteca Pública Municipal, verificamos que o benemérito autor de *Portugal Antigo e Moderno* omite 14 espécies.<sup>3</sup>

Por sua vez e complementarmente, não há notícia nos ficheiros desta Biblioteca de 95 dos títulos apontados por Pinho Leal para o período acima indicado. A junção das duas fontes dá-nos um total de 400 títulos de publicações periódicas do Porto, entre 1850 e 1890, não entrando na estatística almanaques, anuários e relatórios, ainda que de aparecimento cíclico regular.

---

1 Este texto foi publicado originalmente na Revista «Bibliotheca Portucalensis», II série, nº 5, Porto, 1990, p. 49-71 e resultou de uma conferência feita na Biblioteca Pública Municipal do Porto em 24 de Outubro do mesmo ano. Conserva-se a formatação de conferência.

2 LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VII, Lisboa, pp. 384-388.

3 São as seguintes as espécies omitidas: “O Amigo da Verdade” (em 1856 ia no VI e talvez último ano), “O Commercio Portuguez” (1876-1890) que de tri-semário passou a diário, “O Escolástico Politechnico” (1858), “Jornal dos Artistas” (1860-1865) (Pinho Leal coloca-o em 1837), “Jornal da Biblioteca Económica” (1854), “Jornal dos Operários de instrução e recreio” (1852), “Ortigões” (1876), “A Parvónia” (1876) (Parece ser distinto de “A Parvónia Illustrada” referenciada por Pinho Leal), “O Periódico dos Pobres” (1852-número 1 e único, distinto de “O Periódico dos Pobres do Porto”), “O Petiz” (1876), “Recreio da Juventude” (1859-1860), “A Republica das Letras” (1875), “União Académica” (1872), “A Vigília” (1876). É estranho que Pinho Leal não refira certos títulos que são contemporâneos da época em que ele terá composto a sua lista.

Não obstante a fartura inesperada de títulos, nada nos garante que outros não tenham visto a luz do dia. E de vários daqueles que conhecemos, nada resta senão isso mesmo: o conhecimento do título.

Mesmo assim, a partir das existências desta Biblioteca Pública Municipal do Porto, teríamos mais de 300 títulos para estudar — o que obviamente seria matéria para várias semanas e até meses de investigação. Por isso, optámos por tentar fornecer uma visão de conjunto a partir das informações dos ficheiros da instituição, sem nos debruçarmos sobre o conteúdo de cada espécie. Apesar das lacunas óbvias deste tratamento, admitimos que possa vir a ser útil, ao menos para fornecer pistas de investigação.

Quanto ao 2.º objectivo, tivemos igualmente que limitar o nosso plano. É que Camilo colaborou, pelo menos, em 31 jornais e gazetas do Porto, com textos muito variados que vão desde um soneto até artigos de opinião, crónicas do quotidiano, romances em folhetim, notas de História e de crítica literária. Mas o tipo de colaboração e o estatuto do autor não foi uniforme. Em alguns, a colaboração pode rotular-se de somente ocasional e puramente literária. Noutros, Camilo comprometeu-se com artigos polémicos de análise social e de observação do quotidiano portuense. De uns poucos, Camilo foi redactor principal ou director, como hoje se diria.

Decidimos, por isso, na 2.ª parte, privilegiar os jornais e as revistas em que Camilo teve mais fundas responsabilidades (“A Cruz”, “O Christianismo”, “Gazeta Litteraria do Porto” e “O Mundo Elegante”) ou aqueles em que parte dos seus textos se voltou para o quotidiano da cidade, como aconteceu em “O Nacional” e em “O Portuense”. Aqui o nosso estudo contemplou 3 alíneas aparentemente desligadas entre si mas aglutinadas na pessoa de Camilo: Camilo e os jornais religiosos, Camilo historiador e Camilo e o Porto.

Comecemos então.

## **1 — JORNAIS E OUTROS PERIÓDICOS**

Quem entra pela primeira vez no universo dos jornais e publicações periódicas do Porto (e por maioria de razão do país) após a proclamação da liberdade de imprensa (1834), sobretudo na 2.ª metade de oitocentos, experimenta a sensação de se encontrar perante uma floresta viçosa mas desordenada de inúmeras e variadas plantas pequenas a disputar o mesmo espaço e onde aquelas que lograram lançar fundas raízes e atingir alto porte foram diminutas.

A análise extrínseca dessa flora exuberante pode assentar em critérios muito variados. Detenhamo-nos, por exemplo, na periodicidade. Por aquilo que pudemos averiguar, os semanários levam a primazia, parecendo-nos que ocuparão mais de metade do conjunto. Seguem-se-lhe os diários (17a 20%). A alguma distância vêm os quinzenários, os tri e os bi-semanários, os mensais, os bi-mestrais e os trimestrais. Há ainda publicações anuais e logicamente um número que me pareceu insignificante de títulos que não passaram do primeiro número.

## HISTÓRIA DO PORTO

Quanto aos diários, é surpreendente a quantidade de espécies: entre 1850 e 1890 publicaram-se no Porto pelo menos 68, mais de 1,6 de média anual de novos títulos. É evidente que não coexistiram todos. Em 1850 contámos 5 mas em 1890 o número dos jornais diários era de 18.<sup>4</sup> A média anual de títulos em circulação durante este período andarà à volta de 9, o que constitui uma agradável surpresa. Talvez constitua outra novidade o acrescentarmos que, se excluirmos os três grandes jornais que ainda hoje sobrevivem (“O Comércio o Porto”<sup>5</sup>, “O Primeiro de Janeiro” e “Jornal de Notícias”), a média de vida de cada um rondou os 5 anos. Como todas as médias, esta esconde uma parte da realidade. É que, na verdade, apenas 14, para além dos três veteranos, contaram mais de 5 anos de vida.<sup>6</sup>

Vinte e nove não celebraram o 2.º aniversário e 12 destes nem sequer o primeiro. Os restantes 22 viveram entre 4 a 2 anos.<sup>7</sup>

No final da década de oitenta, como vimos, aumenta muito o número dos diários. Porquê? Terá aumentado o número de leitores potenciais? A julgar pelas estatísticas demográficas, a resposta teria que ser positiva. De facto, de 106.000 habitantes em 1878, o Porto aumentou para 139.000 em 1890.<sup>8</sup>

Mas quantos saberiam ler? Em 1890, 64,7% da população masculina portuense

---

4 Esses jornais eram os seguintes: “A Actualidade”, “O Commercio do Porto”, “O Commercio Portuguez”, “O Dez de Março”, “Diário do Commercio”, “Gazeta de Notícias”, “Jornal da Manhã”, “Jornal de Notícias”, “O Jornal do Porto”, “A Lucta”, “Onze de Janeiro”, “A Palavra”, “O Primeiro de Janeiro”, “A Província”, “O Rebate”, “A Republica”, “A Republica Portuguesa”, “A Voz Publica”.

5 Entretanto infelizmente deixou de se publicar «O Comércio do Porto», tendo saído o último número em 30 de Julho de 2005.

6 Foram eles: “A Actualidade” (1874-1891), “O Braz Tizana” (1851-1869), “O Commercio Portuguez” (1876-1890), “Diário Mercantil” (1861-1872), “O Direito” (1857-1877), “A Folha Nova” (1881-1887 (1888?)), “Gazeta de Notícias” (1890-1896), “Jornal da Manhã” (1872-1892), “O Jornal do Porto” (1859-1892), “A Lucta” (1874-1890), “O Nacional” (1846-1870), “A Palavra” (1872-1911), “O Periódico dos Pobres do Porto” (1834-1858), “A Província” (1885-1904).

7 Eis o elenco dos restantes: “O Amigo do Povo” (1860-1861), “O Brio do Paiz” (1870-1871), “O Clamor Publico” (1856-1857), “O Comentário” (1880), “A Concórdia” (1853-1855), “O Conservador” (1858-1860), “O Defensor” (1848-1850), “O Dez de Março” (1886-1890), “Diário do Comércio” (1889-1891), “Diário do Exercito” (1882), “Diário Nacional” (1883-1884), “Diário de Notícias do Porto” (1875), “Diário do Porto” (1865-1866), “Diário Portuguez” (1877), “Diário do Povo” (1862-1865), “Diário Progressista” (1876), “Diário das Sessões da Junta Geral do Distrito do Porto” (?-1879), “Diário da Tarde” (1871-1874), “A Discussão” (1883-1887), “O Economista” (1859), “O Estado do Norte” (1880), “Gazeta do Porto” (1875-1876), “Gazeta Portuense” (1868), “A Independência Portuguesa” (1877-1878), “O Jornal do Norte” (1860; 1867-1868), “Jornal das Senhoras” (1877), “Jornal da Tarde” (1874-1875), “A Justiça Portuguesa” (1880-1894 foi diário apenas durante o 2.º semestre de 1881, depois do que voltou ao que era: semanário), “O Lidador” (1854-1857), “A Monarquia” (1854-1857), “O Monitor” (1857-1858), “O Norte” (1888-1889), “Onze de Janeiro” (1890), “A Opinião” (1878), “O Oriente” (1857-1859), “O Palito” (1888), “A Pátria” (1849-1850), “O Petiz” (1876), “O Porto” (1874-1876), “O Porto Liberal” (1884-1888), “O Portuense” (1853-1855), “O Progresso Commercial” (1873), “O Progresso do Porto” (1870-1871), “O Rebate” (1890), “A Republica” (1890-1891), “A Republica Portuguesa” (1890-1891), “A União” (1879), “A Verdade” (1855-1856), “A Voz do Povo” (1878-1880), “A Voz Publica” (1890-1891).

8 SOUSA, Fernando de, “Jornal de Notícias”. A memória de um século (1888-1988), Porto, 1988, p. 12.

com idade superior a 7 anos era alfabetizada contra 36,5% do sector feminino,<sup>9</sup> o que dá uma média de 50% de indivíduos capazes de ler. Por outras palavras, metade da população em princípio e à partida não consumia jornais. Dos restantes, há que excluir as crianças que normalmente não os compram.

Resulta daqui que, mesmo entrando em linha de conta que a zona de influência de alguns se alargava muito para além das fronteiras urbanas, e que dado o seu exíguo volume (apenas quatro páginas, raramente seis) o preço não seria excessivo (normalmente 10 réis, às vezes 20),<sup>10</sup> havia jornais a mais e leitores a menos.

Como explicar então tanta abundância de títulos? Como afirma Fernando de Sousa<sup>11</sup> esta imprensa era fortemente politizada. Aliás, pelo menos 10 jornais ostentam o adjectivo político no seu subtítulo<sup>12</sup>, dois autoproclamam-se democráticos<sup>13</sup>, três surgem expressamente afectos a partidos<sup>14</sup> e os títulos de “A República” e “A República Portuguesa” não deixam dúvidas a ninguém. De resto, os títulos só por si forneceriam material para interessantes especulações, de que nos dispensamos por economia de tempo.

Daí a nossa ideia de que cada jornal, ao alinhar-se politicamente contaria à partida com determinada franja da população alfabetizada e com prováveis apoios publicitários e talvez até de outra ordem. E a sua vida durava obviamente enquanto durassem os apoios e a sua utilidade se fizesse sentir.

Mas nem todos eram declaradamente políticos. Muitos preferem apresentar imagem de marca de sentido mais pragmático. Os adjectivos do subtítulo falam por si: comercial (6), mercantil (1), industrial (7), agrícola (5), popular (2), noticioso (5) literário (7) e outros. A maior parte mistura e soma várias destas etiquetas.

As publicações periódicas não diárias por sua vez, dirigem-se, como regra, a públicos específicos: várias dirigem-se às damas ou à juventude, muitas contemplam grupos profissionais bem identificados tais como industriais, comerciantes, agricultores, operários de diversas artes, bombeiros, estudantes de vários graus e de diferentes estabelecimentos, militares, músicos, advogados, médicos.

Algumas definem no subtítulo os seus objectivos: distrair, criticar, caricaturar, noticiar, informar, instruir, formar cidadãos, transmitir mensagens religiosas não só do Catolicismo, mas também do Protestantismo. Os tempos eram de liberdade e de abertura.

Os títulos dedicados às ciências e à filosofia, às artes e às letras, à literatura e ao teatro são numerosos e provavelmente constituem um bom argumento contra aqueles que julgavam o Porto como cidade em que a intelectualidade se dava mal.

9 RAMOS, Rui *Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo* in “Análise Social” XXIV, (103-104), Lisboa, 1988, p. 1115.

10 Ver informações em Fernando de SOUSA, *o.c.*, p. 34.

11 *O.c.*, p. 36.

12 São os seguintes: “O Amigo do Povo”, “O Clamor Público”, “Diário Mercantil”, “O Monitor”, “O Norte”, “Onze de Janeiro”, “A Opinião”, “O Portuense”, “O Primeiro de Janeiro”, “A Voz do Povo”.

13 A saber, “A Discussão” e “A Folha Nova”.

14 Diário Progressista - partido progressista; “A Gazeta do Porto” - partido regenerador; “O Porto” - partido liberal.

## HISTÓRIA DO PORTO

Os desportos, a tauromaquia, a caça, o turismo tinham também os seus apaniguados.

Mas tal como acontecia com os diários, a maior parte faz da política, directa ou indirectamente, o objectivo prioritário: pelo menos 38 títulos subentendem tal intenção.

Perante este panorama, parece forçoso admitir que se os não tinha antes, o Porto ia adquirindo salutares hábitos de leitura.

Nesta selva, a vida do jornalista não seria um mar de rosas. Mas quem optasse pelo combate político teria nos jornais um canal importante e indispensável de proselitismo. E quem pretendesse intervir socialmente ou enveredar por uma carreira literária necessitava desse auditório oferecido pelos jornais e revistas que, como vimos acima, se pluralizaram na segunda metade do século.

### II — CAMILO E OS JORNAIS PORTUENSES

1 — É por esta via que Camilo entra no mundo das letras. O Mestre exímio da língua demorará algum tempo a aprimorar-se e a afirmar-se. Mas o jornalista irreverente, corajoso e crítico dos poderes constituídos mostrar-se-á depressa no vigor dos seus vinte e poucos anos.

Colunista desassombrado, nas suas análises atentas das forças que conduziam o jogo da sociedade, Camilo positivamente não buscou o agrado fácil. Na expressão do amigo José Caldas, “preferiu desancar a pezo de ironias, o vício e a hipocrisia do seu tempo...”<sup>15</sup> Nesse desancar Camilo por vezes terá sido temerário e isto logo no início da carreira. As consequências nefastas não demoraram: é sabido que antes de 1850 teve de abandonar Vila Real, não sem graves incómodos, por ousar escrever contra o Governador Civil do distrito.<sup>16</sup>

Numa época conturbada e de grandes mutações, em que muitos punham os seus interesses individuais ou do partido acima do culto da verdade<sup>17</sup>, o nosso escritor defendia um posicionamento ético no exercício da profissão de jornalista:

Assim em 1859 afirmará que “o jornalismo do Porto está acorrentado às ucharias dos ricos”, e proporá nesse mesmo artigo publicado numa revista coimbrã, um lúcido esboço do perfil de jornalista probo: “o jornalista austero será sempre um ente malsinado e odioso para todos os governos. Hão de expulsa-lo sempre do sacrário pulluto das mercês, onde reina o ladrão laureado, que tem o segredo de abater ministros erguidos, e exaltar ministros despenhados”.<sup>18</sup>

Independentemente das razões pessoais que eventualmente terão pesado na elaboração desta severa filosofia, as quais explicaremos mais abaixo, supomos que esta postura camiliana se manteve sem grandes incoerências, ao longo dos anos.

15 Ver o semanário lisboeta “Republicas”, n.º 21, de 25 de Abril de 1885.

16 Ver a entrada “Camilo” na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

17 Oliveira Martins, citado por Fernando de SOUSA, o.c., p. 36.

18 “O Athenco”, Coimbra, 1859, p. 75.

A colaboração de Camilo nos periódicos portuenses conheceu fases e intensidades desiguais, mas jamais cessou. Em 1889, ano anterior ao da sua morte, ainda vários publicavam poesias e artigos da sua autoria.<sup>19</sup> Como acima afirmámos apoiados nas pesquisas de José Pedro Calheiros (1889-1890),<sup>20</sup> os escritos camilianos espalham-se, pelo menos, por 31 publicações.<sup>21</sup> Não os podendo analisar aqui na totalidade, como é óbvio, daremos preferência a alguns, de acordo com os itens acima anunciados.

## II. 1 — Textos religiosos de Camilo

Julgamos pertinente dar alguma atenção aos escritos religiosos de Camilo Castelo Branco porque são escassamente referidos pelos estudiosos do escritor e creio que são subvalorizados.

Afirma-se (como se asseverava já no seu tempo) que a fase mística de Camilo foi curta e que deve ser entendida como uma crise que não deixou marcas para o futuro.<sup>22</sup>

É verdade que os textos de compromisso público com a Igreja Católica e o catolicismo são datados de 1852-1853 e coincidem, no tempo, com interesse demonstrado pelo estudo da Teologia e até pela carreira eclesiástica. Durante sete meses Camilo encheu as páginas de “O Christianismo”, retirando-se antes do fim do compromisso (que era de um ano) porque a direcção não respeitara um dos pontos acordados e do qual o escritor entendeu não dever abdicar: é que havia sido combinado que a única tradução das *Conferências do Padre Lacordaire* que o Jornal aceitaria seria a de Camilo. Mas o director Mendonça e Mello teimava em publicar a sua própria versão.<sup>23</sup>

O desenlace deu-se mas sem contencioso. Camilo partiu para fundar outro jornal para o qual ele mesmo escolheu o título: “A Cruz”. E é nas páginas do antigo que a fundação do novo periódico é anunciada, com texto do próprio director que remata assim: “muito folgamos que um tão hábil soldado continue a combater debaixo da bandeira da legitimidade religiosa”.<sup>24</sup>

19 Ver de José Pedro de Lima Calheiros, *Catálogo das obras de Camillo Castello Branco*, Porto, 1889 e sobretudo *Additamento e continuação das obras de Camillo Castel/o Branco*, Porto, 1890.

20 Acrescentaremos, no entanto, que a colaboração em “O Comércio do Porto” foi muito mais abundante do que a que é referida aí. Por outro lado, os jornais e revistas em que colaborou mais assiduamente, para além dos que ele dirigiu, terão sido “O Nacional”, “O Portuense” e “O Porto e a Carta”.

21 São as seguintes: “Almanaque das Senhoras Portuguesas e Brasileiras”, “O Bardo”, “O Bico de gaz”, “O Clamor Publico”, “A Coalliação”, “Commercio Portuguez”, “O Comércio do Porto”, “O Christianismo”, “A Cruz”, “Diário do Commercio”, “O Ecco popular”, “Echos humorísticos do Minho”, “A Esperança”, “O Estandarte Vermelho”, “Folha Nova”, “Gazeta Litteraria do Porto”, “A Grinalda”, “Jornal da Manhã”, “Jornal de Notícias” em cuja edição de 11 de Outubro de 1889 publica o soneto “Scena trivial” datado de 5 do mesmo mês e ano, “Jornal do Povo”, “Miscelânea Poética”, “O Mundo Elegante”, “Museu Illustrado”, “O Nacional”, “A Península”, “O Porto e a Carta”, “O Portuense”, “O Primeiro de Janciro”, “O Progresso Catholico”, “A Província”, “O Radical”.

Ver no estudo citado de José Pedro Calheiros o ano e o tipo de colaboração.

22 DÓRIA, A. Álvaro, *Camilo e o Porto* in “Boletim Cultural”, Câmara Municipal do Porto, 2.<sup>a</sup> série, vol. 3/4, 1985/86, p. 219.

23 “O Christianismo”, n.º 36, 4 Setembro 1852.

24 “O Christianismo”, n.º 39, 25 Setembro 1852.

## HISTÓRIA DO PORTO

“A Cruz” pôde contar, ao que parece, com a generalidade dos assinantes e correspondentes de “O Christianismo” e publicou-se até 1860, mas a regularidade desapareceu ao fim do 1.º ano, durante o qual saíram 52 números. De 1854 a 1860 publicaram-se apenas mais 56 números. A colaboração de Camilo durou até 1859. Mas a partir de 1855 consistiu apenas no romance religioso *O Temor de Deus* que o autor começara a publicar em “O Christianismo” mas que suspendera em virtude de alguns assinantes terem julgado incompatível o romance com a índole do jornal.<sup>25</sup> Durante estes dois anos Camilo foi um verdadeiro campeão da Fé. Recorrendo à sua vasta erudição de raiz clássica, unindo o vigor da inteligência à versatilidade e fluência do verbo, o antigo aluno do Padre António de Azevedo combateu o racionalismo ateu, defendeu a divindade de Jesus Cristo, meditou esplendidamente sobre os salmos, celebrou em versos inspirados as grandezas que os católicos atribuem à Virgem Maria, advogou corajosamente os méritos dos Jesuítas numa época em que era moda denegri-los, ridicularizou a falsa honra que levava ao duelo, condenou o suicídio cuja prática aumentava de modo preocupante<sup>26</sup>, denunciou a licenciosidade de certos “outeiros” (festas poéticas nos pátios dos mosteiros femininos) nomeadamente do celebrado no Convento de Corpus Christi, em Vila Nova de Gaia, promoveu a instrução religiosa, fomentou as leituras de obras importantes do catolicismo de algumas das quais foi tradutor, enfim foi um militante comprometido e assumido.

Muitos não acreditavam. A alguém que falava do seu regresso ao grémio da Igreja, Camilo ripostava: “foi mal informado ou não tem uma exacta idêa do grémio da Igreja. Eu vivi sempre n’esse grémio...”<sup>27</sup>

É natural que o semanário contasse fortes adversários. Para além dos ateus e cépticos, outros surgiram que podiam prejudicar o jornal: o serviço dos Correios fazia desaparecer muitas remessas de “O Christianismo”. Ironicamente, Camilo perguntalhes quantos números desejavam receber para deixarem passar os que seguiam para os assinantes.<sup>28</sup>

Parece que nem os católicos acreditavam muito. Não obstante a rede de correspondentes cobrir todo o Norte e chegar a Lisboa<sup>29</sup> a quantidade de assinantes não garantiu que no segundo ano saísse com normalidade. Os próprios clérigos desconfiavam, argumentando que um jornal cujos redactores não fossem padres, não poderia ser sinceramente católico!...<sup>30</sup>

Sendo assim, o semanário tinha os dias contados.

Mas será que o arrebatamento religioso de Camilo durou apenas estes dois anos e depois desapareceu para sempre, sem deixar rasto?

25 Ver “A Cruz”, n.º 1, 8 de Janeiro de 1853.

26 “O Comércio do Porto” de 23 de Março de 1860.

27 Citação de CAMPOS, Fernando, *Camilo contra-revolucionário: depoimentos coligidos, prefaciados e anotados por...*, Lisboa, 1925.

28 “O Christianismo”, p. 88.

29 “A Cruz”, n.º 18, 4 de Maio de 1853.

30 “A Cruz”, n.º 11, p. 83.

Há quem o afirme, invocando o suicídio do escritor como se ele constituísse a rejeição suprema e definitiva da crença católica.<sup>31</sup>

Por mim, não serei tão radical. É verdade que o suicídio em termos formais e externos é inaceitável para o catolicismo e a Igreja durante séculos recusou celebrar os ritos fúnebres pelos suicidas. Outros actos, aliás, eram punidos com a mesma pena.

Mas quem é que sabe o que vai no íntimo de cada um nesses momentos extremos? E quem é capaz de captar e julgar as circunstâncias eventualmente condicionantes da liberdade e da responsabilidade das acções humanas, sobretudo das que parecem ser ditadas por situações-limite?

De qualquer modo, é bem patente que o ardor militante de Camilo não durou muito. Parece que deixou mesmo de praticar a religião católica, muito embora viesse a aceitar casar religiosamente com Ana Plácido, no Porto, por insistência amiga do Cónego Alves Mendes. Não podemos deixar de admitir ainda que fortes dúvidas de fé em Deus e na bondade das coisas o assaltaram, como é patente da sua inclinação para o pessimismo de Schopenhauer a quem ele chama “meu oráculo e mestre”.<sup>32</sup>

Isso não significa, a nosso ver, que o escritor tenha cortado alguma vez e de modo irrevogável o cordão umbilical que o ligava à religião católica. Como é que o provamos?

1.º — O jornalista maduro não deixou de assinar crónicas das quais jorra a sua admiração pelo espírito piedoso de figuras carismáticas da Igreja. Lembrarei a do Padre Ângelo de Siqueira, fundador da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, nesta cidade.

2.º — Camilo continuou a publicar obras de índole religiosa como, por exemplo, traduções de Chateaubriand, para além dos artigos de defesa dos jesuítas que subscreveu em 1868, na “Gazeta Litteraria do Porto”. Tê-lo-á feito por razões de sobrevivência económica ou por pressão dos editores? Quanto às traduções, é possível. Mas teremos de acrescentar que, mais de uma vez, o escritor se confessou admirador do autor de *O Génio do Cristianismo*. No tocante aos jesuítas parece-nos menos aceitável aquela explicação.

3.º — Um dos seus livros preferidos nos anos de proselitismo foi a *Imitação de Cristo*, de Thomas Kempis do qual ele extrai a frase emblemática que aparece sempre no cabeçalho do semanário “A Cruz”: “Tomai a vossa cruz, e segui a Christo, se quereis a vida eterna”. Ora o texto que marcou a espiritualidade de Quatrocentos e que nos parece muito adequado à sensibilidade romântica, continua a ser citado por Camilo, já sexagenário, ainda que fora do seu contexto original: “viver sobre a terra é verdadeiramente uma desgraça”.<sup>33</sup>

4.º — Afirma-se que Camilo trazia sempre ao peito um crucifixo que lhe oferecera em tempos o Padre Sebastião Leite de Vasconcellos e com ele foi para a cova.<sup>34</sup> A

31 DÓRIA, Álvaro, o.c., p. 219 e 234.

32 DÓRIA, Álvaro, o.c., p. 219 e 234.

33 Ibidem.

34 CARQUEJA, Bento, *O Comércio do Porto no Centenário de Camilo Castello Branco (1825-1925)*, Porto, 1925, p. 70.

## HISTÓRIA DO PORTO

ser verdadeiro este depoimento do cronista de “O Commercio do Porto”, como parece, o significado do gesto não carece de especulações para ser entendido.

Devemos acrescentar finalmente que, mesmo que o fervor religioso do escritor não tivesse passado de uma crise passageira, merecia ser estudado como elemento importante da idiosincrasia camiliana e provavelmente como uma manifestação da sua vontade de intervir na marcha dos acontecimentos do seu tempo.

### II. 2 — Camilo Historiador?

A questão não é simples mesmo que o quadro em que nos movamos seja apenas o dos jornais e periódicos em que o escritor colaborou.

Está fora de questão que os romances de Camilo constituem documento histórico. Só um autor que entendeu o seu tempo é que é apreciado e lido na sua época como Camilo o foi, e, por isso, os romances camilianos ajudam-nos a “re-fazer” as sensibilidades, as mentalidades, os valores, os vícios das gentes a quem o autor se dirige, as personagens que perscruta e psicanalisa. Nesse aspecto, Camilo acumulou material histórico e mal andaria, por exemplo, um investigador da sociedade do Porto oitocentista que, à partida, rejeitasse esse manancial. Neste sentido, Camilo fez história.

Está igualmente fora de questão que Camilo utilizou material dos Arquivos para reconstituir ou reconstruir factos, figuras e situações reais do passado, chegando ao ponto de apresentar no fim do seu enredo a documentação arquivística de que se serviu. Isto acontece no romance *A Caveira da Mártir*, de 1875-76,<sup>35</sup> tal como fizera o seu amigo Arnaldo Gama em 1861 no seu primeiro e muito conhecido romance histórico, *Um Motim Há Cem Anos*.

Acerca de Gama, escreveu Alberto Pimentel que não “fazia romances em história, fazia história em romances”<sup>36</sup>, conceitos obviamente discutíveis e dificilmente aceitáveis, não obstante a sedução do trocadilho e o mérito inquestionável do seu autor.

Mas para além da “narrativa histórica” cujo fundo e inspiração eram situações realmente acontecidas, misturando-as mais ou menos coerentemente com verosimilhanças nascidas da sua imaginação fértil, Camilo escreveu obras que alguma crítica considerou outrora de História genuína, tais como *Perfil do Marquês de Pombal*, *Dom Luís de Portugal*, *Neto do Prior do Crato*, *Maria da Fonte* e ainda alguns capítulos de *Os Narcóticos*.

Se aceitarmos que não há ciência histórica senão quando a interpretação subjectiva de quem a escreve se apoia constante e permanentemente nos documentos, cultivando a verdade como valor supremo, então Camilo Castelo Branco não escreveu livros de história. Nem, de resto, o terá pretendido fazer.

No entanto, não seremos tão categóricos quando focamos apenas o Camilo dos pequenos artigos de jornal. Se é verdade que a maior parte desses textos respeitam

35 ALMEIDA, Justino Mendes de, *Camilo e a História* in “O Tripeiro”, série nova, ano IX, n.º 6/7, p. 189.

36 Citado por Fernando de Castro Pires de LIMA, no prefácio de GAMA, Arnaldo, *Um motim há cem anos*, Porto, 1949.

à crítica literária e a crónicas do quotidiano, por vezes depara-se-nos um Camilo verdadeiramente amante da História tal como na sua época era entendida: positivista sem renunciar a alguns valores do romantismo.

E aí, a nosso ver, poderão ter algum cabimento as expressões elogiosas do organizador lisboeta da lista dos seus livros que foram postos à venda em leilão, em 1883, o qual o publicita como “grande romancista portuguez e não menos benemérito investigador histórico”.<sup>37</sup> Do mesmo modo, o jornalista de “O Commercio do Porto”, recuperado por Bento Carqueja na passagem do centenário de nascimento, enaltece-lhe a valia de cultor da história: “a crítica histórica teve n’elle um mestre, sendo admiráveis suas investigações sobre factos que andavam mal esclarecidos ou deturpados. Escavando profundamente no passado e folheando empoeirados códices, trouxe ao lume da publicidade muitos acontecimentos interessantes da nossa história que andavam esquecidos ou ignorados”. E como exemplos desse labor aponta-se a sua intenção de escrever dois trabalhos, um a reabilitar a memória de Leonor Teles, outro a demonstrar que Inês de Castro não era espanhola, mas portuguesa nascida na quinta de Oliveira do Douro.<sup>38</sup>

A publicação onde essa faceta do multifacetado génio camiliano mais sobressai é, a nosso ver, na “Gazeta Litteraria do Porto”, da qual ele foi o Director ou Redactor, como aparece no cabeçalho. Aí Camilo mostra grande apetência pela História, não certamente uma história problematizante e compreensiva, mas, como era timbre do seu tempo, uma história factual. Factual e localizada, apoiada em fontes arquivísticas ou em textos antigos dignos de crédito.

Pode pôr-se a questão de como é que as fontes arquivísticas chegaram às mãos de Camilo. Será que ele frequentava os Arquivos, do mesmo modo que foi leitor desta Biblioteca?

Provavelmente consultou o Arquivo Municipal do Porto a cujo Mostrador se refere nas páginas da “Gazeta Litteraria”. Mas nenhuma das fontes que consultei me permite afirmá-lo com total segurança. Se o fez, não terá sido com grande assiduidade. Aliás, para redigir os artigos de História que publicou no referido periódico talvez não necessitasse de sair de casa, uma vez que possuía cópias ou mesmo os originais das fontes de que se serviu, as quais normalmente identifica.

Do mesmo modo, Camilo conhecia “papeis velhos que foram do cartório de Tibaens”<sup>39</sup> e transcreve uma carta que “esteve archivada em Tibaens até que o cartório se desfez e espalhou”.<sup>40</sup> Pelos vistos, após a confusão prolongada que se seguiu à extinção das Ordens religiosas, não seria difícil a aquisição de muitos e valiosos manuscritos.

A este propósito, vem a talho de foice recordar que nos dois catálogos que conhecemos de livros de sua propriedade postos em leilão, um de 1870<sup>41</sup> e o outro atrás

37 *Catálogo da preciosa livraria do eminente scriptor Camillo Castello Branco*, Lisboa, 1883.

38 CARQUEJA, Bento, o.c., Porto, 1925.

39 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 14.

40 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 51. Ver ainda referências a documentos deste Mosteiro nas pp. 59 e 69.

41 *Catálogo Methodico de livros antigos e modernos em diversas línguas e manuscriptos pertencentes a Camillo Castello Branco*, Porto, 1870.

# GAZETA LITTERARIA DO PORTO

REDACTOR—CAMILLO CASTELLO-BRANCO.

4.º ANNO

JANEIRO 6—1868

NUMERO 1

## PROEMIO

Se boa vontade e esforços vingassem naturalisar nesta illustrada terra um periodico litterario, seria isso, quando não util, pelo menos airoso e até louvavel.

Deve ser coisa reparada, la onde se moteja a penuria da instrução no Porto, que tantos escriptores abalisados nas lides politicas e palestras litterarias dos «cafés» não bastem a defende: os seus concidadãos accusados de inimigos das boas letras!

E' injustissima e quase injuriosa a accusação. Quem estas linhas escreve falsaria sua consciencia, consentindo na innocencia nota com que irreflectidamente se illeoudora uma terra em que en não somente contribui para despertar em espiritos ja cultivados o gosto da leitura de livros, embora frivolos, senão que dei alento a editores que, fiados e seguros no consumo das obras, se arrojjassem a dispendiosas emprezas.

Argumentar contra o gosto litterario do Porto fundando a queixa em que não passam de quinhentos os compradores do livro recreativo, é anctorisar-nos a perguntar se Lisboa os terá. E, se algum passar da confrontação, ser-me-ha facil, com o exemplo de minhas obras propriamente, testificar que mais de metade das edições publicadas em Lisboa são aqui vendidas.

Ainda pelo que respeita a livros de sciencia, dado que o consumo seja menor, é elle superior ao que deve suppor-se n'uma terra em que faltam congressos e estabelecimentos litterarios sob nomes pomposos e indicativos de grande faina intellectual. Parece pois que ha muito quem leia e ponquissimo quem alardeie. A sciencia vive aqui mais vida de gabinete que de praça. Muitos dos homens que mais lêem e entendem são conhecidos unicamente pela sua importancia commercial; e ha d'elles que vos podem maravilhar com a riqueza de suas bibliothecas manuscadas, e não ja de mera ostentação.

Donde procede por tanto a incoherente incompatibilidade dos periodicos litterarios com o Porto? De muitas causas. Algumas se hão de esquivar ao desagrado dos mesmos que as deram: seria desproposito vir eu aqui menoscabar a vida infesada e ruim que viveram ephemeramente alguns «semanarios» já mortos e esquecidos. Chamaram-se «litterarios». Não podia salvar-os o desvanecimento do descabido epitheto; que nem tudo que se concerta de letras é litterario. Iniquidade grande é querer que o Porto, por amor o gloria de seus foros de instruido, aviventasse publicações de tal porte que lhe redundava em maior lustre e proveito deital-as acabar. E' melhor estar ás escuras que n'um quarto allumiado por sail: quer-me parecer isto.

Além de que, os meus collegas n'este genero de publicações entenderam quase sempre que a alma d'um periodico litterario era a crytica abastardada em satyra, e a satyra desbragada em insolencia. Na escolha de victimas, recen-

ceavam as mais mansas e pacientes: os litteratos novéis e os litteratos caducos. Uns freclavau-os por ignorantes; os outros por derrancados de sciencia velha.

Ora, despresada a maledicencia como esteril, que importa ao leitor do periodico saber quantos gallicismos escreveu nos meus livros, quantas offensas á grammatica fez o meu vizinho? Quem lê no intento de espairer de graves occupaões ou aprender alguma coisa util decerto me não atura a pedagogica philaudia com que eu venho delatar aos contemporaneos e á posteridade que um tal poeta ou novelheiro mancou uma estrophe ou fez um personagem alejado. Esse leitor sisudo, que ja leu periodicos francezes, admira-se de que não possamos em linguaem portugueza entretel-o com publicações analogas. Será mingua de instrução variada em quem redige? Será tendencia de apoucar o que é já de si pequeno, impurrado-se uns a outros, para fora do pantheon, sujeitos a quem a eternidade do nome ainda se afigura duvidosa? Será insufficiencia para tamanho officio como é deileitar ensinando? Seja o que for: em quanto o chorar sobre periodicos extinctos não tiver gratificação no orçamento do estado, eu não sei que sinceramente algum passa carpir o trespasso dos periodicos litterarios que viram, no Porto, a luz, sem que a luz os visse, no decurso destes ultimos dose annos.

Em mais antigo tempo, nasceram e medraram nesta boa terra—boa para todos os trabalhadores proveitosos— algumas publicações periodicas de elevado quilate e becermeritas de coadjuvação. Nomeiam-se com honra para os seus redactores, muitos dos quacs ainda primam na phalange da geração que não foi por emquanto substituída: primeiro a REVISTA LITTERARIA, e depois a PENINSULA. E d'ahi? Acabaram. Pois por que não? Os vicosos engenhos que derramaram seiva e aromas por essas paginas, tão depressa lhes soui a hora de fructuarem, levaram mão d'esse lavor util para os outros, e cuidaram seriamente de suas pessoas, com um esmero que devêra chamar-se egoismo, se esta palavra, que sóa mal em ouvidos portuguezes, não estivesse tão geminada com a essencia homana, que é tudo uma e mesma palavra. De mais disso, querer afdalgar de profissão independente de outra o viver das amenidades d'um semanario de letras é subtilisar a completção organica do escriptor á extremada economia da abelha que fabrica os favos de succos tão despreciados que para fruil-os ainda não ha lei de concurso, que eu saiba.

Por que não teve nono volume a 1.ª serie do PANORAMA, aquelle primoroso e ainda não imitado exemplar de periodico litterario? Foi por que, ao cabo de oito annos, cada collaborador se alcu para outras regiões mais lucrativas, queixando-se acremente de que as letras em Portugal não grangeam o bastante para subtrahirem o escriptor da dependencia dos cofres da republica. O pequeno coração dos que escrevem está em não se convencerem de que o sacrificio glorioso de aliquevar os maninhos para as ceas dos vindouros é superior, é incomparavel ás delicias de sentir a

citado de 1883, é enorme o número de manuscritos contidos nessas listas. Na primeira são cerca de 80 e na sua generalidade versam matéria histórica como genealogias das famílias oriundas do Minho, capítulos de Cortes, assuntos de administração municipal, cartas autografadas de várias individualidades das quais destacaria o Cronista-mor da Ordem de S. Bento e D. António, Prior do Crato e ainda 4 volumes de manuscritos contendo antigos acórdãos da Relação do Porto! Onde terá ido parar tal preciosidade?

Na segunda, os manuscritos ultrapassavam as seis dezenas de espécies. Mas este número multiplicar-se-á estrondosamente se pensarmos que 6 tomos que abrangiam um largo período que ia do séc. XV ao século XIX aparecem no catálogo agrupados como se constituíssem apenas duas espécies.

De uns conhecemos o conteúdo: por exemplo, o índice do Livro Grande do Arquivo Municipal do Porto ou ainda um manuscrito contendo genealogias das famílias de Vila Real bem como um tomo de “antiguidades” da mesma cidade transmontana. Outro tomo continha alvarás, decretos e provisões de amplo espectro cronológico: de 1537 a 1808. Ignoramos quais as matérias versadas. Mas admitimos que uma boa parte deles interessaria à história portuense.

Já agora acrescentaremos que a coleção, para além de uma ilustração litografada dos brasões das mais ilustres famílias do Minho, continha 1 rolo de estampas antigas e 2 quadros encaixilhados com vistas de Lisboa seiscentista. Não terá sido, pois, por falta de gosto pelo conhecimento do passado e de dificuldade de acesso à documentação que Camilo não cultivou prioritariamente a ciência histórica.

Nem tão pouco se poderá afirmar que o nosso ilustre escritor não apreciava tal matéria. Prova-o certamente a sua estima por alguns dos mais notáveis seguidores de Heródoto do seu tempo, ainda que salpicada aqui e além de alfinetadas e ironias.

Entre eles, destacaremos o pesquisador José Silvestre Ribeiro a quem chama “escavador incansável de jóias antigas”<sup>42</sup>. A Manuel Pinheiro Chagas publica alguns artigos na “Gazeta litteraria”. De Alexandre Herculano recebeu sobejas provas de apreço: em 1858 foi por ele proposto para sócio-correspondente da Academia Real das Ciências e, pela mesma altura, apoiou a pretensão de Camilo ao lugar de 2º Bibliotecário desta Biblioteca<sup>43</sup>. Camilo agradeceu-lhe o gesto, apelidando-o de “doutíssimo historiador” e reconhecendo-lhe “soberania” no domínio da História<sup>44</sup>. Tal não quer dizer que concordassem em tudo, no decorrer dos anos: as suas opções políticas não seriam coincidentes e na apreciação dos jesuítas não estariam do mesmo lado. Respeito e estima mútua felizmente não exigem convergência de pontos de vista.

De Pinho Leal, a quem em 1885 chama “saudoso amigo”<sup>45</sup>, de Teófilo Braga<sup>46</sup> e de Arnaldo Gama era admirador dedicado, ainda que em grau diverso.

42 ALMEIDA, Justino Mendes, o.c., p. 186.

43 “Camilo” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

44 Ver “O Mundo Elegante”, n.º 10, 14 de Março de 1859, p. 106.

45 Ver “Republicas”, Lisboa, n.º 9 (31 de Janeiro de 1885).

46 “Camilo” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

## HISTÓRIA DO PORTO

Mas mais que o leque das suas relações e amizades, sujeito a mutações bruscas em virtude do seu temperamento emotivo, os livros que possuía nos falam das suas predilecções. Ora as obras de História que repousavam certamente nas suas “seis estantes de madeira de África” (cito o Catálogo de 1883) eram abundantes, de grande qualidade e escritas em várias línguas modernas e antigas. Salientaria as Histórias de Portugal de Pinheiro Chagas, de Alexandre Herculano, de Rebelo da Silva e de Schaeffer, mais de uma dezena de estudos sobre o Marquês de Pombal, vários títulos de Luz Soriano e de João Pedro Ribeiro.

Mas acima de tudo despertou-nos a atenção a quantidade inesperada de estudos de história local: em 1883 Camilo possuía monografias de Caminha, Coimbra, Évora, Guimarães, Barcelos, Amarante, Gaia, Torres Vedras, Celorico da Beira, Setúbal, Cascais, Lisboa, Aveiro, Sintra, Madeira e até de S. Paulo, para além do Porto obviamente<sup>47</sup>.

Sendo assim, por que é que o nosso autor não preferiu a carreira de Historiador na qual poderia ter aliado de forma incomparável o gosto e a capacidade de investigar à arte de bem escrever?

Para além de motivações derivadas da estrutura psicológica de Camilo que naturalmente explicam muita coisa mas que estão fora da minha competência, limitar-me-ei aqui a lembrar as suas necessidades de dinheiro. Para as satisfazer jamais o género histórico teria capacidade de resposta. Ele próprio o reconheceu. Em 1868, nas páginas da “Gazeta Litteraria” Camilo defende a utilidade e a necessidade de se escrever a História da Cidade do Porto. E até aponta o nome da pessoa indicada para tal tarefa: Arnaldo Gama que já havia reunido milhares de cópias de documentos. E acrescenta:

“Obra de tanto fôlego não pode emprehendê-la quem, como o douto scriptor, tem seu tempo captivo, e pautado às necessidades de cada dia. Um frívolo romance tem centenaes de leitores espontâneos; a História do Porto, sem subscritores solicitados, seria ao mesmo tempo a “história da ruina d’um litterato”<sup>48</sup>.

Sendo assim, os escritos genuinamente históricos de Camilo devem ir procurar-se nos jornais e gazetas que dirigiu ou em que colaborou. E destas, uma vez mais, destacaríamos a “Gazeta Litteraria”. Nela o nosso autor assinou cerca de duas dezenas de artigos sobre matérias assaz variadas, tais como fortalezas militares, Inquisição e cristãos-novos, Ordens e Institutos religiosos, em especial a Companhia de Jesus e a Ordem de S. Bento, Igrejas e Mosteiros, figuras históricas nacionais, antiguidades do Porto e de Braga, etc.

47 Em *Os Narcóticos*, vol. II, Porto, 1920, p. 179, Camilo faz uma elogiosa recensão crítica da *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal* de Alberto Pimentel. Aí afirma Camilo que “estão grangeando estíma e voga os trabalhos d’esta natureza”.

48 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 30. Mais tarde, em *Os Narcóticos*, Camilo informa-nos que um tal João Nogueira Gandra, “bibliothecario e litterato mediocre” havia juntado elementos e litografado estampas de que Arnaldo Gama tomara conhecimento. Ao que parece, Gama projectava efectivamente uma História da Cidade do Porto.

Mas a “Gazeta Litteraria” não detém o exclusivo: em “O Mundo Elegante” pode ler-se uma boa síntese sobre Hospitais e Albergarias da cidade do Porto que, embora não seja assinada, não temos grandes dúvidas em atribuí-la ao Redactor principal. Aí Camilo assinou também notas biográficas sobre figuras das letras e das artes, tais como Madame de Stael, Marquesa de Alorna, Rossini, Tiziano e outras.

Não devemos omitir a série de 9 artigos sobre a Companhia de Jesus publicada no semanário religioso “O Christianismo”.

Qual o valor científico destes pequenos trabalhos? A questão deve ser precedida de uma outra: a quem se dirigia o autor? Quem eram os leitores da “Gazeta” e dos outros periódicos citados? Não seriam fundamentalmente os eruditos e especialistas. Quer isto dizer, por outras palavras, que Camilo fazia obra de divulgação, não no sentido de aligeirar os assuntos tratados, mas procurando torná-los atraentes utilizando para tal, como ele próprio escreve, “uma linguagem conveniente e a propósito aos nossos annos”<sup>49</sup>. Não se tratando de folhetins, o autor tem grande escrúpulo em citar as fontes que utiliza. Foi pena nem sempre ter referido o local onde elas se podiam consultar<sup>50</sup>. Pertenceriam ao próprio?

Dadas as suas características, não encontramos muito nestes estudos aquilo que chamamos a crítica das fontes. No entanto, discorrendo sobre as antiguidades bracarenses, Camilo, embora citando outrem, não deixa de verberar as falsidades contidas na obra de Jeronimo Contador de Argote<sup>51</sup>.

Como exemplo de artigo conseguido, parece-nos modelar o que escreveu sobre o Castelo de S. João da Foz: o redactor parte do presente, evocando com saudade as noites bem galantes que, nos inícios dos anos cinquenta, aí tinha passado, em animados bailes. E introduz com graça o problema fundamental qual era o das origens da Fortaleza, dando conta ao leitor dos resultados obtidos nas investigações que ele próprio havia conduzido.

Com leveza mas com rigor histórico, Camilo informa que o período de fundação decorreu entre 1571 e 1648, ou seja, entre a regência de Dona Catarina, avó de D. Sebastião e o final da década de quarenta do século XVII, em pleno reinado de D. João IV. A questão dos dinheiros que pagaram a edificação e manutenção do castelo ocupa-o, e bem, durante uma boa parte do trabalho, mas ficamos com dúvidas sobre se o mestre da língua terá percebido o sentido contextual da palavra *alças* no meio de significados tão diversos que os “modernos lexicografos” lhe forneceram.

E para quem quisesse aprofundar o tema, Camilo forneceu informações complementares sobre a localização exacta de alguns documentos conservados no Arquivo Municipal. Curiosamente esses documentos, integrados quase todos nos chamados *Livros das Chapas*, viriam a ser publicados entre 1938 e 1961, numa série (*Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium...*) cuja decisão de publicação por parte da

49 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 12.

50 Ser-nos-ia hoje muito útil, por exemplo, localizar uma colectânea de manuscritos intitulada *Cortes Ecclesiásticas de 1668 e 1674 e outros papeis*.

51 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 59.

## HISTÓRIA DO PORTO

Câmara Municipal data dos tempos de Camilo (1888)<sup>52</sup>. De resto, obedecendo a uma louvável sensibilidade da época (que não era apenas nem principalmente portuguesa) o próprio Camilo, neste e em outros artigos, fez publicar alguns documentos, procurando, no entanto, não sobrecarregar o texto nem molestar os leitores.

No final do trabalho, o autor fez uma promessa cujo cumprimento, que saibamos, não se realizou. Era a de continuar a matéria, voltando-se mais para “a importância guerreira e política” do Castelo. Provavelmente esse teria sido um contributo notório para a história daquela fortaleza e da própria cidade do Porto.

O intuito de fazer divulgação histórica surge mais evidente nas séries “Notícias do Porto Antigo” e “Antiguidades de Braga” a que atrás fizemos referência, constituídas por pequenas notícias da história local. O trabalho do autor consistiu fundamentalmente na compilação de breves notas extraídas de índices de documentos, sem leitura integral dos mesmos. Daí, algumas inexactidões, que a fonte utilizada, dado o seu laconismo, não podia remediar: por exemplo, escreve-se que “no anno de 1611 foi mandada construir a alameda da Porta do Olival, à custa do imposto do vinho, e defronte do Terreiro da Relação se mandou abrir um postigo...”<sup>53</sup> A parte referente à construção da alameda da Cordoaria é exacta. Também é verdade que foi subsidiada pelo imposto do vinho. Mas como sobre o vinho incidiam três impostos diferentes, seria mais rigoroso escrever “imposição do vinho” que era o nome específico do tributo.

Por outro lado, o leitor é levado a acreditar que, na verdade, foi rasgada a muralha em frente ao Terreiro da Relação, para nela se edificar um postigo de acesso. Ora a verdade é que posteriormente se entendeu que a abertura de tal postigo traria mais inconvenientes que vantagens e, por isso, tal porta não chegou a construir-se.

Semelhantemente, noutra notícia, afirma-se que a cidade do Porto obteve autorização em 1582 para realizar uma feira semanal. É verdade. Mas não é a verdade total: incorreria em erro o leitor que pensasse que a feira foi imediatamente concretizada. É que o povo receou que, sendo franca a feira, as receitas fiscais a cobrar sobre as transacções diminuíssem. E nesse caso, recairia sobre o mesmo povo a obrigatoriedade de rateio contributivo até se perfazer o total contratado com a Fazenda Real. Daí as objecções dos Procuradores do Povo que só foram resolvidas nos fins de 1587. E este desfecho não o conheceria quem não se dispusesse a examinar os Livros de Vereações da Câmara — o que Camilo não fez porque o seu objectivo aqui era apenas o de divulgar ou recortar pequenos mosaicos da história da cidade.

Uma das características desta série de artigos que vimos comentando é a preocupação do escritor em chamar a atenção para os valores do património nacional. Ora tratava de monumentos que lhe pareciam simpáticos, como o “magnífico templo” da Lapa, do Porto, ou, que, ao contrário, reputava de sensaborias como o conjunto arquitectónico de Mafra qualificado como “pedreira” e “pia parvoíce”<sup>54</sup> mas cuja história transmite com

52 Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Vereações*, Livro 132, fl. 25v. Informação colhida em Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, *Lista dos índices e Inventários*, Porto, 1981, p. 4.

53 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 29.

54 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 51.

abundantes pormenores sobre as circunstâncias da sua construção, incluindo notícias documentadas de oposições surdas que a sagração da basílica suscitou. Ora se tratava mais modestamente de livros, manuscritos antigos, objectos arqueológicos ou ainda de costumes e tradições locais. Neste aspecto, foi para nós uma surpresa agradável a leitura da descrição da disputa do “porco preto” que se realizava anualmente, em Braga, na ponte do Rio d’Este, depois das cavalhadas de S. João. Curioso foi também saber que esta antiquíssima tradição que ainda existia nos tempos da governança de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, caíra em desuso antes de 1665<sup>55</sup>.

No mesmo contexto de salvaguarda do património se deve entender o protesto de Camilo contra o Marquês de Salamanca que se gabava de possuir uma preciosidade bibliográfica que pertencera a esta Biblioteca Pública e dela havia sido retirada fraudulentamente. Trata-se do livro de cavalaria intitulado *Tirant Io Blanch*, impresso em Valência em 20 de Novembro de 1490. Camilo, depois de acusar o Marquês de, no mínimo ser receptor, conclui: “Tiraram a Portugal a sua mais rara jóia bibliographica. Por 1:350\$000 comprou um amator inglez um exemplar. Quanto daria o hespanhol pelo exemplar da bibliotheca portuense? Não será fácil destrinçar estes segredos passados entre chatins de tão alto porte”<sup>56</sup>. Camilo equivocava-se num pormenor importante: é que a edição que pertencera a esta Biblioteca era a 2.<sup>a</sup>, impressa em Barcelona em 1497 e não a 1.<sup>a</sup> de 1490. Ao que parece o Marquês de Salamanca estava na posse das duas.

Mas a questão do paradeiro do precioso incunábulo da BPMP era obscura: em 13 de Janeiro de 1870 (mais de um ano após o protesto de Camilo) os Vereadores portuenses pedem ao Governo Civil a restituição desse livro que há anos fora “distrahido” da Biblioteca e que se acharia no mesmo Governo no Civil <sup>57</sup>.

A vontade de preservar o que era nosso manifestou-se, de resto, muito cedo. Em 1849, achando-se à venda o Museu Allen, Camilo bate--se nas colunas de “O Nacional” para que as suas peças sejam integralmente adquiridas pelos poderes públicos e, de modo nenhum, fossem parar à Inglaterra.

Numa época como a nossa, felizmente tão sensível aos assuntos do património, esta preocupação camiliana não se afigurará, por certo, das menos meritórias.

Outra faceta destes escritos de Camilo é o aproveitamento das suas deambulações históricas para emitir juízos acerca das suas personagens, tecer comentários adequados às circunstâncias do seu tempo e extrair lições na perspectiva ciceroniana da História como Mestra da vida.

Por exemplo, ao recordar a dedicação patriótica dos estudantes de Coimbra ao Prior do Crato, remata assim: “pobres moços! mui cara lhes havia de sahir a honrosa loucura de seguirem até ao Porto o foragido!... D. António, verdadeiramente, não merecia o

55 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 59.

56 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 152.

57 AHMP, Vereações L 123, fls. 35/35v. Acta de 13 de Janeiro de 1870. A questão do desaparecimento do incunábulo é complicada. Sobre o assunto, ver *Tirant lo Blanche pertencente à Bibliotheca Publica Municipal do Porto. Documentos officiaes, debates parlamentares e artigos dos jornaes em 1860 e 1861*, Porto, 1898. Agradecemos esta informação ao Snr. Dr. Luís Cabral, Dig.<sup>mo</sup> Director da BPMP.

## HISTÓRIA DO PORTO

culto de tantos martyres...”<sup>58</sup> E, ao historiar as origens da primitiva Igreja da Lapa, depois de enaltecer a “fé afervorada” e o espírito penitencial da sociedade portuense dos fins de 1754, comenta: “se hoje a piedade abrisse casas d’estas, seriam bastantes os hospedes a cear; os quaes para não fazerem exame de consciência já entrariam sem ella para lá. Os exames d’agora são todos de estômago. Toma-se ferro e pepsina como então se tomavam hóstias”.<sup>59</sup> E a propósito do que ele chama os primeiros galopins eleitorais em Portugal, ocorridos no interior da Ordem beneditina, comenta: “que saudades eu tenho dos frades quando os vejo justificados pelos sandeus que lhes herdaram todas as manhas, sem a mínima das virtudes”.<sup>60</sup>

Fica de pé a questão: Camilo historiador? Talvez a resposta mais justa seja a de que Camilo mais que escrever História, fez História.

### II. 3 — Camilo e o Porto

Em artigo relativamente recente e importante a vários títulos, citado por nós nas páginas precedentes, Álvaro Dória afirma que Camilo detestava o Porto e que, em contrapartida, não faltava cá quem dele não gostasse. E para justificar essa sua convicção transcreve e comenta um conhecido artigo do escritor publicado em 25 de Fevereiro de 1850 no diário “O Nacional” e reeditado mais tarde, por Freitas Fortuna<sup>61</sup>.

Essa longa crónica inseria-se num espaço habitual do diário que tinha por título “Folhetim do Nacional” e dentro desse espaço na série “Revista do Porto”. Nela Camilo coloca logo no início a questão fundamental — Que é o *Porto*? E responde caricaturando sarcasticamente alguns traços negativos da mentalidade mercantil dos burgueses do Porto: ânsia de ganhar dinheiro nem sempre por processos honestos, algum espírito exibicionista no vestir e no comer e até no rezar, mentalidade de bairro que não tolerava os que fugiam ao comportamento-padrão, incapacidade para reconhecer os defeitos indígenas reputando-os de virtudes, e para depreciar os méritos dos de fora considerando-os como defeitos, desprezo pelas letras e pela instrução, analfabetismo primário, falta de classe das meninas e as mulheres e ausência generalizada de elasticidade mental.

É evidente que muitos portuenses não apreciaram a sátira e se ela provocou o riso não foi certamente o dos tripeiros bairristas. Era demasiado contundente para ser levada à conta de brincadeira, se bem que Camilo chalaceia com o seu próprio texto “Maria não me mates que sou tua mãe”!

Mas o artigo terá suscitado protestos ponderosos? O autor foi suspenso ou proibido de continuar a escrever para o jornal? Se observarmos a sua colaboração futura no periódico, praticamente nula, a pergunta tem razão de ser! Por outro lado, será lícito inferir deste texto (e de outros) que Camilo não gostava do Porto?

58 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 126.

59 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 41.

60 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 81.

61 DÓRIA Álvaro, *a.c.*, p. 215, nota. Mas contrariamente ao que escreve Dória este artigo é assinado, o que realmente nem sempre acontecia.

A mais de um “século de distância, a questão não é transcendente. Mas talvez não seja de todo ociosa. A nós parece-nos arriscado asseverar a antipatia, sem se matizar a afirmação. Admitimos que a prosa citada tenha sido escrita em momento de animosidade do seu autor em relação a pessoas, autoridades ou até ambiências portuenses.

Não aceitamos, porém, que esta relação inicial de animosidade, se existiu, tenha sido definitiva e irrevogável. Num homem de “temperamento irregular”, peculiaridade que os autores reconhecem em Camilo<sup>62</sup>, as relações de tipo afectivo são mutáveis por natureza. Ao longo dos mais de 40 anos do relacionamento do Génio com a nossa cidade, foram muitas as ocasiões de tensão e até de repulsa mas também houve vivências que o ligaram indefectivamente a ela. Paralelamente, se Camilo escreveu muitas crónicas que os portuenses detestaram, outras publicou que os elogiaram.

Como afirmámos atrás, Camilo não tinha do jornalismo uma concepção comodista. A sua colaboração em “O Nacional” foi sempre marcada pela sátira mordente. Depois do Governador Civil de Vila Real será o do Porto o alvo da sua penaafiada.

Ouçam e julguem: “o Snr. governador civil já falla — assim o annuncia um jornal desta cidade. S. Exc.<sup>a</sup> havia soffrido uma operação no fundo das costas, o que dá a entender que o nosso governador civil enunciava por alli os seus pensamentos...”<sup>63</sup>

Quatro meses depois assinava aquela cáustica crónica “Que é o Porto?” Quem sabe se a sua mordacidade não foi uma vingança contra prováveis reacções de grupos a favor do Governador do Distrito e logicamente contra ele, Camilo?

É que nem sempre as críticas parecem proceder de uma pura intenção de corrigir o mal. Quando, em 1868, escreve uma catilinária contra as aldeias do Minho — “ai, meus amigos, as aldeias do Minho! como aquillo é torpe e melancólico! como tudo ali degenerou para nojos e tristezas!”<sup>64</sup> — a motivação que o estimula parece ser menos a denúncia da imoralidade mascarada de inocência do que o despeito pelo facto de o vigário da terra o ter na conta de ímpio.

E voltando à sua relação com o Porto, parece-nos importante sublinhar mais uma vez que ele como jornalista, não procurou a benevolência das autoridades constituídas. Depois de mofar da doença do Governador, o jovem periodista provoca a Edilidade: “A Camara nova manda cortar os bigodes aos seus empregados. O fenómeno tem uma explicação rápida e satisfatória. É que o Snr. doutor Lousada não tem um pello na superficie da cara. É um despotismo, ou vingança muito desarrasoada dos caprichos da natureza. Dizem outros que o Snr. Lousada tivera denuncia de que uns certos livros desencaminhados da Camara se achavam escondidos no bigode de algum dos empregados. Se assim é — pode passar”<sup>65</sup>.

Mais tarde, por volta de 1858-1860, aumentou de tom a sua crítica aos “valores” da sociedade portuense. Por essa altura, o escritor experimentava amargas desilusões:

62 DÓRIA Álvaro, *o.c.*, p. 221.

63 “O Nacional”, 15 de Outubro de 1849.

64 “Gazeta Litteraria do Porto”, p. 21.

65 “O Nacional”, 21 de Fevereiro de 1850.

## HISTÓRIA DO PORTO

por um lado viu recusada a sua pretensão de um emprego nesta Biblioteca e, por outro, cada vez feria mais o aguilhão da intolerância da opinião pública portuense contra a sua relação amorosa com Dona Ana Plácido — a qual havia de levar ambos à prisão.

Por isso, no “O Mundo Elegante” de que, como dissemos, era redactor principal, retoma a crítica mordaz contra o culto da riqueza e a generalizada falta de instrução dos autóctones: “críticos aleivosos já disseram que a morigeração dos costumes portuenses é a consequência rigorosa do atrazo da civilização e polimento da sociedade media, que constitui a grande classe do Porto. Esta palavra “civilização” anda mal trazida para tudo. Se o progresso das industrias, se a arte de crear capitaes em menos tempo possível, constitui a máxima civilização, o Porto excede os mais ambiciosos prospectos de riqueza aventados pelos economistas...”<sup>66</sup>

Mais tarde, exaltando no mesmo periódico o génio de Almeida Garrett, lamenta que este tenha sido “ingendrado no Porto por um descuido ou capricho da natureza” e caricatura a atitude de um magnate que, convidado a contribuir para um monumento de homenagem ao dramaturgo, pergunta: “que modo de vida tinha este tal sujeito?”<sup>67</sup>

A violência verbal atinge o auge em prosa camiliana do fim desse ano, publicada na revista coimbrã “O Atheneo”: “O homem honesto é um typo indígena do Porto. Em toda a parte do mundo sublunar a honestidade é synonymo de “decoro, compostura, pejo e decência”. No Porto, honestidade vem a dizer “hypocrisia velhaca”... E continua no seu verbo mordaz a verberar impiedosamente a atmosfera portuense. Cada palavra é um desabafo de homem ferido e predisposto à vingança. Há muito de pessoal na sua indignação: “Perdoaram-me elles, por ventura? Foi-lhes mordaza a consciência, quando assoalhavam as minhas leviandades, calumniando-as até ao crime?”<sup>68</sup>

A pergunta inicial continua, pois, de pé: Camilo não gostava do Porto? E o Porto retribuía-lhe tal sentimento?

O escritor, ao que parece, sofria com a frieza das relações: “até hoje a minha sina capricha em fazer-me mal visto d’esses que eu mais quizera benquistar...” confessa no próemio do romance *A Mulher que Salva* publicado no fins de 1858 em folhetim no “O Mundo Elegante”<sup>69</sup>.

Não se quer benquistar quem não se preza, a não ser por hipocrisia — e hipócrita, dizem-no os seus biógrafos, Camilo não era. De resto, mal andaríamos se a crítica por si só fizesse prova de inimizade, embora eventualmente possa levar a tal.

Além disso, da pena de Camilo não saíram apenas críticas: em 1851 declarava que “tenho”amor a esta terra, onde abri os olhos para ver resolvido o moto contínuo dos tolos da ciência...”<sup>70</sup>

Em 1853, a propósito da creche do Porto cuja causa advoga, asseverava: “poderíamos jurar que não é baldado o supplicar aos generosos corações dos habitantes do Porto,

66 “O Mundo Elegante”, n.º 1, 4 de Março de 1859, p. 74.

67 “O Mundo Elegante”, n.º 14, 23 de Junho 1859, p. 105.

68 “O Atheneo”, Coimbra, n.º 2, p. 73.

69 “O Mundo Elegante”, n.º 2, p.11.

70 DÓRIA Álvaro, *o.c.*, p. 229.

onde mais de uma vez, se encontram modelos de beneficência, e lances admiráveis de compaixão pela invalidez”<sup>71</sup>.

E, em 1868, ultrapassadas ou atenuadas tensões de outrora, refuta como “injustíssima e quase injuriosa” a acusação de que os cidadãos do Porto eram inimigos das boas letras. Aos que censuravam a capital do Norte por não contar mais que 500 compradores de livro recreativo, responde perguntando se Lisboa os teria. Apresenta como prova que metade das edições das suas obras publicadas em Lisboa, era vendida no Porto. E afirma algo que provavelmente não teria subscrito dez anos antes: “A sciencia vive aqui mais vida de gabinete que de praça. Muitos dos homens que mais lêem e intendem são conhecidos unicamente pela sua importância commercial; e ha d’elles que vos podem maravilhar com a riqueza de suas bibliothecas manuseadas, e não já de mera ostentação.”... E mais diante: “em mais antigo tempo, nasceram e medraram nesta boa terra — boa para todos os trabalhadores proveitosos — algumas publicações periódicas de elevado quilate e beneméritos de coadjuvação”<sup>72</sup>.

Qual é o Camilo sincero: o do “Nacional” e do “Atheneo” ou o da “Gazeta Litteraria”? Por que não admitir que são ambos sinceros?

Se a questão fosse posta ao Escritor é possível que ele respondesse da mesma forma que retorquiou ao jornal “A Nação” que acintosamente lhe publicou lado a lado duas poesias, uma dedicada a D. Miguel, outra a Dona Maria II. Escreve ele próprio: “desta publicação o mais que pode colligir-se é que Camilo Castelo-Branco não sente hoje o que sentia, ha um anno, quando dirigiu uma poesia ao Senhor D. Miguel. Dito isto, resta acrescentar que Camilo Castelo-Branco, ao retirar-se do partido realista, nem ao menos lhe levantou a mortalha para mostrar as ulceras, que o fizeram nauzear”<sup>73</sup>.

#### II- 4 - Camilo e a Irmandade da Lapa<sup>74</sup>

Camilo Castelo Branco foi, em vida, um amigo da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa desta cidade do Porto, muito antes de se pôr a hipótese de vir a ser sepultado no seu cemitério privativo.

Qual o fundamento desta afirmação? Folheando as páginas da «Gazeta Litteraria do Porto» que Camilo fundou em 1868, salta à vista um artigo em que ele traça as linhas gerais da História da Irmandade:

a chegada ao Porto do missionário paulista Padre Ângelo de Siqueira, o fundador, numa altura em que a cidade sofria as consequências de um inverno copioso de chuvas e de uma cheia sempre incômoda;

o sucesso imediato da sua pregação junto do povo da cidade;

71 “O Portuense”, n.º 30, 6 de Dezembro de 1853.

72 “Gazeta Litteraria do Porto”, n.º 1, 6 de Janeiro de 1868.

73 “O Portuense”, n.º 22, 26 de Novembro de 1853.

74 Em 2008 foi-me dado o ensejo de proferir uma conferência sobre «Camilo, o Porto e os Portuenses» na Sala dos Retratos da Igreja da Lapa e aproveitei então a oportunidade para dizer algo sobre Camilo e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa. Tomei a liberdade de acrescentar aqui essa parte do texto. A fonte de tudo quanto fica dito é o próprio Arquivo da Irmandade.

## HISTÓRIA DO PORTO

o oferecimento espontâneo de um terreno situado na raiz do monte Germalde, entre as estradas que vinham de Braga e de Guimarães, para construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Lapa da qual o missionário era um devoto fervoroso;

o auxílio pronto e abnegado dos militares vizinhos e das gentes de todas as classes sociais para a construção da dita capela em escassíssimo tempo;

a vocação inicial do pequeno templo que era a de acolher discretamente os ladrões arrependidos que se podiam confessar a qualquer hora da noite e restituir os haveres furtados, com total garantia de que não seriam descobertos.

É claro que essa simples constatação, por si só, nada prova acerca dos afectos do insigne Escritor. Mas o tom carinhoso que o autor utiliza (ele que, como vimos, sabia ser sarcástico e irónico como ninguém) e a intenção pedagógica com que trata as diversas facetas da História inicial da Lapa, tentando extrair lições para o tempo presente, indicam que Camilo olhava com ternura para a instituição.

Passados muitos anos, o nome do celebrado literato foi proposto como irmão da Lapa, tendo sido aprovada a sua admissão na sessão da Mesa Administrativa de 8 de Abril de 1890. Quem o propôs? Não conseguimos ainda descobrir a sua ficha de inscrição. Apenas encontramos a acta da Irmandade em que consta a sua admissão com mais 27 candidatos em lista apresentada pelo Director da Irmandade, como acontecia neste tipo de reuniões. Mas a proposta teve a mão do seu grande amigo João António de Freitas Fortuna que adiantou a jóia de admissão, que foi incluída numa factura que contém as despesas do funeral, parte da qual foi paga por Ana Plácido.

Porque está sepultado no Cemitério da Irmandade

Essa ocorrência tem uma história sequencial:

Em 20 de Janeiro de 1887 foi apreciada na sessão da Mesa Administrativa uma petição de João António de Freitas Fortuna, na qual requeria que lhe fosse dada posse de um jazigo que seu falecido pai, João António de Freitas Júnior, construía num terreno adquirido à Irmandade em 6 de Novembro de 1856. E que somente fossem lá sepultados ele e sua mulher, Isabel Maria da Conceição Ribeiro da Silva e Freitas, e ainda o seu irmão o médico, Dr. Vicente Urbino de Freitas e sua mulher, Maria das Dores Basto Sampaio Freitas. E que perpetuamente ficassem juntos estes seis cadáveres, incluindo os do pai e da mãe.

Em 15 de Julho de 1889, numa das muitas cartas que, pela mão de Ana Plácido escreveu de Lisboa a Freitas Fortuna, Camilo diz-lhe textualmente:

*«Começo a experimentar uma espécie de affecto postumo ao meu cadáver. Tão pouco me apreciei na vida, tão pouco cabedal fis da minha saúde, que já agora me quer parecer que este amor ao que nada vale é retribuição devida a esta matéria que me hade sobreviver alguns annos, aviventada pela engrenagem da putrefacção. Deste desejo extraordinario mas não excepcional, resultou dizer-lhe eu, meu querido amigo, quer fallando quer escrevendo, que aspirava fervorosamente ser sepultado no seu jazigo da Lapa. .... vontade que me domina há ano e meio... O meu querido Freitas aceitou com ternura fraternal a offerta do meu cadáver, e d'esta arte, permitindo que eu fizesse parte da sua família extincta, quis continuar alem da vida a tarefa sacratíssima da sua dedicação incomparável.»*

Em 2 de Junho de 1890, dia seguinte à morte de Camilo, o filho Nuno requereu ao Governador Civil de Braga autorização para que o cadáver fosse transportado de S. Miguel de Seide para a Igreja da Lapa, tendo o mesmo cadáver sido entregue a João António de Freitas Fortuna para ser sepultado no cemitério privativo desta Irmandade no jazigo de família desse dedicado amigo, a quem por escrito estipulou: «que nenhuma força ou consideração o demova de conservar-lhe as cinzas perpetuamente na sua Capella».

Em 12 de Janeiro de 1891, Freitas Fortuna dirige novo requerimento à Mesa Administrativa da Irmandade da Lapa em que solicita que a mesma Mesa se digne deliberar, «*que nunca possa ser retirado da sepultura número um em que jaz no referido jazigo o alludido cadaver seja qual for a força ou consideração que se alleguem...*».

A Mesa Administrativa não deliberou imediatamente sobre o teor do requerimento porque quis consultar algum jurista. A resolução tomada não aparece transcrita nas Actas imediatas. Sabemos, no entanto, que, pelos tempos fora, a vontade de Freitas Fortuna foi integralmente respeitada. Aliás, a Irmandade ao longo dos anos sempre se sentiu orgulhosa em lembrar nos seus Relatórios os nomes de personalidades ilustres sepultadas no seu cemitério privativo.

Finalmente em 24 de Agosto de 1899 foi lida na Mesa Administrativa uma carta de Freitas Fortuna, que lhe fora entregue pelo seu testamenteiro Francisco de Oliveira Monteiro<sup>75</sup>, pela qual este, já falecido, legava à Irmandade alguns utensílios de escritório

75 Carta de Freitas Fortuna à Irmandade da Lapa entregue postumamente pelo testamenteiro Francisco de Oliveira Monteiro

« Ilustrísimos e Ex. mos Snr.s Director e Mezarios da Real Irmandade de N.S. da Lapa. Porto. Dignem-se V. Ex.ªs attender-me com a caridade merecida por quem não pode fallar, estas palavras escriptas são como que a voz de um cadaver atravessando a campa até aos compassivos ouvidos de quem a escuta. No meu testamento lego à instituição que V. V. Exas administram, reliquias que respeitam a Deus, á familia e á amizade. Necessito de morrer com a certeza de que essas reliquias ficam salvas do camartello demolidor que se vê estadeado na sociedade, lembrando a cada estertor d'essa mísera sociedade, que dança em volta da sua mesma sepultura, em quanto as outras nações menciã a cabeça compassivamente – que Portugal foi pesado na balança da eterna justiça, e que a Providencia retirou a mão de cima d'elle, como propheticamente escreveu Alexandre Herculano. Preferi a Real Irmandade de N.S. da Lapa, porque meu querido pae tributava, como eu lhe tributo, especialíssima predilecção; porque assim me parece entrever atravez das tempestades sociaes, o meu honesto e modesto lar paterno atravessando os tempos sem risco de naufrágio moral, e ainda porque um intimo presentimento me assegura, que os legados serão recebidos pela digna Meza Administrativa com piedoso recato, vendo nestas letras doloridas lágrimas que se choram mas que não se podem exprimir sufficientemente.

Esse pranto hade-se espalhar nas almas de V.V. Ex.as que não o choram, mas que o comprehendem: espiritos devotados ao culto divino em epocas como as que vão correndo, não se orientam no rumo de quem se devota exclusivamente a cultos mundanos. Não lego uma verba em dinheiro porque não posso. Isto é pobre, mas é exacto e honesto. As especies dos legados, tudo que de maior apreço tenho, accusa qual seria o meu procedimento em condição contraria. Nem sequer posso legar uma acanhada quantia, que baste para continuar accesa a lampada que, durante mais de meio seculo, minha santa mãe, meu honesto pae e eu apoz elles sempre accendemos ante a imagem de meu Santissimo Padrinho! Por tudo isto, e porque os institutos christãos não devem almotazar as puras aspirações do espirito humano, pois que pairam serenas, impollutas, por sobre os lados terrenos, V. Exas não me abandonarão no reverente

## HISTÓRIA DO PORTO

e objectos pessoais de Camilo, tais como tinteiros, penas de escrever, chupador de tinta, etc.

Para além desses bens foram entregues à Irmandade outros que ela guarda com muito respeito, entre os quais o revólver de Camilo, em cujo carregador falta uma bala, e várias dezenas de cartas e manuscritos diversos dirigidas por Ana Plácido e pelo próprio Escritor a Feitas Fortuna durante os dois ou três anos derradeiros da sua vida.

### Conclusão

Como quer que seja, a memória de Camilo permanecerá indefectivelmente ligada ao Porto. Porquê?

1.º - Porque foi nesta cidade que iniciou a carreira de Escritor e foi aqui que o seu génio se revelou.

2.º - Porque nesta cidade foi editada a maior parte das suas obras. A título de curiosidade informarei que aqui viram a luz do dia cerca de 70% dos títulos publicados em vida do autor e indicados na camiliana da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Complementarmente, como ele próprio confessa, no Porto contava um excelente grupo de leitores. Muitos deles mais que leitores seriam admiradores, embora possamos considerar injusta e estranha a sua ausência no cortejo fúnebre do Escritor.

3.º - Porque a cidade do Porto, através das suas ruas, lugares e Igrejas está diuturnamente presente na obra camiliana, como muito bem demonstrou Álvaro Dória.

4.º - Porque a vida privada de Camilo foi irrecusavelmente marcada por esta cidade. Se aqui conheceu profundezas de angústia e de tédio, a que o seu génio era atreito, também experimentou alturas de satisfação e, quiçá, momentos fugazes de grande felicidade.

---

empenho de resguardar essas relíquias dos baldões do mundo: A Igreja, obra de Deus, deve socorro aos afflictos, pelas iniquidades dos homens, para realizar na terra a promessa do Céu: Ego Dominus importans in die tribulationis. Venias ad me quum tibi non fuerit bene. Se assim não fosse, os evangelizadores negariam a divina doutrina do Evangelho. Et ego dico vobis: Petite et dabitur vobis, quaerite et invenietis, pulsate et aperietur vobis. Assim, certo de que V.V. Ex.as não me negarão o que lhes rogo pello que de mais sacro-santo ha, imploro a Deus, Nosso Senhor, que abençoe os piedosos administradores da Real Irmandade de Nossa Senhora da Lapa e que nunca permita nas suas famílias, atravez de todas as idades por vir, amarguras como as que angustiam quem, agradecida e respeitosa, se confessa De V . V. Ex.as muito venerador. João António de Freitas Fortuna. Porto, vinte e seis de Junho de 1899.

P.S. – Os legados a que me refiro no meu testamento e n'esta carta devem ser acompanhados de: um tinteiro de bronze para duas tintas; um pesa papel de bronze; um chupador de tinta, em bronze; uma lampada de bronze, para escrevaninha; uma tezoura de bronze; uma espátula de bronze; um cabo de madreperola e ouro, para pennas. Rogo encarecidamente a digna Meza Administrativa da Real Irmandade de N. S. da Lapa, que use estes utensílios de escrevaninha na sala das suas sessões: concederão uma alegria depois da morte a um homem que só teve duas em cincoenta e nove annos de vida. João António de Freitas Fortuna».

## FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA

5.º - Porque aqui está sepultado, por sua expressa vontade, fossem quais fossem as motivações e as circunstâncias.

Por isso, minhas senhoras e meus senhores, o Porto tem sobejos motivos para exaltar o artista incomparável da língua e o defensor do génio português. Seria imperdoável que o não fizessemos, quando, um século depois da sua morte, a conjuntura europeia e mundial nos impõe o sagrado dever de conhecer e pugnar intransigentemente pelos valores da identidade nacional. Quem como Camilo para nos indicar o melhor caminho?